

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 637 de 18/10/2012.

R\$ 1,00

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	DESPESAS EXECUTADAS MAIO/2013 A ABRIL/2014	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	<b>33.591.110,99</b>	-
Pessoal Ativo	23.027.304,87	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.563.806,12	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	<b>6.525.141,38</b>	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	2.411.245,46	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	4.113.895,92	-
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	<b>27.065.969,61</b>	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		<b>27.065.969,61</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	44.817.070.386,15
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	<b>0,0604%</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,09%	40.335.363,35
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,0855%	38.318.595,18
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,0810%	36.301.827,01

FONTE: Relatórios Armazém SIAFI/MG, em 20/05/2014 - RCL conforme informação da SEF-MG, em 19/05/2014.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Procedência 5, consoante Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 19 de agosto de 2010.

(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças; Bruno César Ferreira, Contador; Áurea Maria Alves Araújo, Auditora Interna em exercício; Hebe Maria de Oliveira Amaral, Secretária Especial da Presidência; Juiz Cel PM Sócrates Edgard dos Anjos, Presidente

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 637 de 18/10/2012.  
 c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCE-MG

R\$ 1,00

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	DESPESAS EXECUTADAS MAIO/2013 A ABRIL/2014	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS
	(a)	A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>33.591.110,99</b>	-
Pessoal Ativo	23.027.304,87	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.563.806,12	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>11.196.488,85</b>	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores (1)	632.682,73	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	10.563.806,12	-
Despesas de Caráter Indenizatório (3)	-	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>22.394.622,14</b>	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>22.394.622,14</b>

<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	44.817.070.386,15
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	<b>0,0500%</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,09%	40.335.363,35
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,0855%	38.318.595,18
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,0810%	36.301.827,01

FONTE: Relatórios Armazém SIAFI/MG, em 20/05/2014 - RCL conforme informação da SEF-MG, em 19/05/2014.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Despesas com Pessoal Ativo;

(2) - Consoante disposto nas Instruções TCE-MG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(3) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças; Bruno César Ferreira, Contador; Áurea Maria Alves Araújo, Auditora Interna em exercício; Hebe Maria de Oliveira Amaral,  
 Secretária Especial da Presidência; Juiz Cel PM Sócrates Edgard dos Anjos, Presidente